

Contas da SATA com forte impacto

Dívida Bruta dos Açores disparou em 2020 para 2,4 mil milhões de euros

A dívida bruta da Região Autónoma dos Açores bateu mais um recorde no ano passado, atingindo os 2.405,2 milhões de euros.

Segundo a notificação do Procedimento dos Défices Excessivos, revelado ontem pelo INE, houve uma redução do saldo de todos os subsectores da Administração Regional e Local em resultado da redução da receita e do aumento da despesa, que foi particularmente intensa no caso da Administração Regional dos Açores, refletindo o impacto da concessão da garantia do Governo Regional à empresa SATA, Air Açores, no montante de 132 milhões de euros.

Trata-se do maior registo alguma vez atingido pela Região Autónoma dos Açores, cuja tendência nos últimos anos tem sido sempre de agravamento substancial da sua dívida.

Dívida dos Açores sempre a crescer

Em 2017 a dívidas açoriana estava nos 1.690,4 milhões de euros, passou em 2018 para 1.860 milhões e voltou a aumentar em 2019 para 1.956,6 milhões de euros.

Deve-se sublinhar, no entanto, a natureza provisória destes resultados relativos à Administração Local, atendendo a situações de atraso de reporte de vários municípios, associadas a dificuldades na implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) em particular no contexto da pandemia COVID-19.

É importante referir que, no apuramento da capacidade / necessidade de financiamento da Administração Regional e Local, se incluem, nas receitas, as transferências recebidas da Administração Central.

Estas transferências estão registadas como despesa na conta da Administração Central, sendo objeto de consolidação na Conta das Administrações Públicas.

As transferências da Administração Central para os Açores atingiram em 2020 os 293,9 milhões de euros, ligeiramente acima de 2019, que foi de 285,3 milhões de euros.

Relativamente à dívida bruta, de acordo com a legislação europeia sobre esta matéria, importa ter presente os seguintes esclarecimentos: i) é excluída a dívida comercial; ii) é excluída a dívida das empresas públicas que não integram o setor das Administrações Públicas; iii) a dívida dos municípios e freguesias localizados nos territórios das regiões autónomas é registada no subsector da Administração Local.

Necessidade de financiamento dos Açores foi de 361 milhões de euros

A necessidade de financiamento da Administração Regional dos Açores situou-se em 2020 nos 361,3 milhões de euros, o maior registo dos últimos anos.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) em 2020 situou-se em 11 684,2 milhões de euros, o que correspondeu a 5,8% do PIB (capacidade de financiamento de 0,1% em 2019).

Como se pode observar no quadro acima, o saldo em contabilidade pública apresentou uma deterioração significativa em 2020, refletindo nomeadamente o impacto orçamental directo das medidas de política pública no contexto da pandemia COVID-19.

Tendo por base a informação disponível incluída nos boletins de execução orçamental mensais da Direcção-Geral do Orçamento, o impacto no saldo em contabilidade nacional destas medidas ascendeu

Quadro 4. Saldo e Dívida Bruta da Administração Regional e Local

	2017	2018	2019	2020
Unidade: 10 ⁶ EUR				
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento				
- Administração Regional e Local	316,8	499,2	624,0	- 228,3
Administração Regional da Madeira	79,6	101,8	38,4	- 123,7
Administração Regional dos Açores	- 70,0	- 127,1	- 74,7	- 361,3
Administração Local	307,2	524,5	660,3	256,8
Dívida Bruta				
- Administração Regional e Local	10 328,2	10 190,1	9 965,9	10 649,0
Administração Regional da Madeira	4 803,7	4 746,9	4 662,8	5 109,0
Administração Regional dos Açores	1 690,4	1 860,0	1 956,6	2 405,4
Administração Local	3 834,1	3 583,2	3 346,5	3 134,6

Fonte: INE, Banco de Portugal

Quadro 5. Transferências para a Administração Regional e Local

	2017	2018	2019	2020
Unidade: 10 ⁶ EUR				
Transferências da Administração Central para:				
Administração Regional da Madeira	172,8	177,4	176,7	182,6
Administração Regional dos Açores	250,5	259,3	285,3	293,9
Administração Local	2 347,8	2 267,5	2 285,9	2 766,3

Fonte: INE

a cerca de -2,5% do PIB.

SATA e TAP agravam as contas públicas

Conforme referido no destaque da 1ª notificação publicado em abril de 2021, o ajustamento “injeções de capital e assunções de dívidas”, para além das injeções de capital concedidas a empresas classificadas no setor das AP, inclui ainda a classificação de algumas operações como transferência de capital em Contas Nacionais com impacto no saldo das AP: i) registo da obrigação de pagamento de retroativos referentes a suplementos de férias não pagos a agentes da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, resultante de uma sentença de tribunal no montante de 114 milhões de euros; ii) a concessão de uma garantia pelo Governo Regional dos Açores à SATA Air Açores, no valor de 132 milhões de euros, registada como transferência de capital tendo em consideração a situação económica e financeira da empresa.

A rubrica “outros” inclui o empréstimo da Direcção Geral do Tesouro e Finanças à TAP Air Portugal no montante de 1200 milhões de euros, classificado como transferência de capital tendo em consideração a situação económica e financeira da empresa.

O destaque relativo aos “Principais Agregados das Administrações Públicas”, também hoje publicado, apresenta uma análise mais detalhada da receita e da despesa das AP.

Mais necessidade líquida de financiamento

O sector institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 11 684 milhões de euros em 2020, o que corresponde a -5,8% do PIB e que compara com uma capacidade de financiamento de 0,1% em 2019.

Esta necessidade de financiamento teve origem principalmente no subsector da Administração Central e, com menor significado, na Administração Re-

gional e Local, uma vez que o subsector dos Fundos de Segurança Social apresentou um saldo positivo.

Com efeito, o saldo da Administração Central agravou-se em 10 mil milhões de euros face a 2019, situando-se em perto de -14 mil milhões de euros em 2020. Por seu turno, a Administração Regional e Local, que em 2019 havia registado um excedente de mais de 600 milhões de euros, apresentou em 2020 um saldo negativo de -228 milhões de euros.

O saldo dos Fundos de Segurança Social, apesar de positivo, deteriorou-se em quase 800 milhões de euros.

Despesas das administrações públicas aumentam

O acréscimo da despesa de capital entre 2019 e 2020 (+43,5%) é em larga medida explicado pelo registo, como transferências de capital, da operação de concessão do empréstimo da Direcção Geral do Tesouro e Finanças à TAP Air Portugal no montante de 1,2 mil milhões de euros e da garantia do Governo Regional dos Açores ao financiamento obtido pela SATA Air Açores no montante de 132 milhões de euros, atendendo à situação económica e financeira das empresas.

Adicionalmente, contabilizou-se como transferência de capital um montante de 326 milhões de euros relativo à estimativa de execução de contragarantias associadas às linhas Covid-19 de apoio à economia no quadro do sistema português de garantia mútua, atendendo a que configuram garantias standardizadas na perspectiva da contabilidade nacional (emitidas em grande número e segundo regras idênticas) e que existe uma estimativa fiável do valor esperado das perdas associadas às garantias concedidas.

Também se incluiu o registo da obrigação de pagamento de retroativos referentes a suplementos de férias não pagos a agentes da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, resultante de uma sentença de tribunal, no montante de 114 milhões de euros.